



Caracterização das tipologias de casas tradicionais luso-brasileiras por meio da integração visual

Pedro Paulo Palazzo^a  e Eduarda Toscano de Carvalho^b 

^a Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. E-mail: palazzo@unb.br

^b Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
E-mail: eduardatoscano@gmail.com

Submetido em 25 de março de 2024. Aceito em 26 de março de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i1.369>

Resumo. Este trabalho analisa as diferenças morfológicas na arquitetura tradicional urbana luso-brasileira entre as tipologias de casas correntes e de casas senhoriais, no período que vai da metade do século XVIII até o início do século XX. O recorte privilegia o universo mais uniforme e conservador dos estados do Rio de Janeiro, Goiás (incluindo Tocantins) e Minas Gerais. O estudo identifica características estruturantes de cada uma das duas séries morfológicas. Enquanto a maioria dos estudos anteriores se concentra na análise de grafos para avaliar as conexões topológicas entre ambientes individuais, esta pesquisa adota a análise de integração visual, que enfatiza os centros morfológicos dos espaços. Os resultados evidenciam como a análise de integração visual confirma a congruência entre a composição espacial das casas correntes e senhoriais e os atributos da vida social próprios a cada uma dessas tipologias. Tais atributos são a localização do convívio familiar nos fundos da casa corrente e, em contraste, a primazia dos espaços de recepção e representação na parte dianteira das casas senhoriais.

Palavras-chave. Arquitetura doméstica, Intervisibilidade, Tipologia, Brasil, Séculos XVIII e XIX.

Introdução

O universo das casas correntes tradicionais no Brasil é reconhecidamente marcado pela uniformidade tipológica, dominada pelo paradigma da «casa de morada» composta por células de pequenas dimensões, com distribuição longitudinal por meio de um corredor. Esse universo coexiste e se hibridiza com a tipologia da casa senhorial urbana (Figura 2), menos popular na historiografia do que a sua congênere rural. A análise de integração visual de um conjunto de casas urbanas do século XVIII até o início do XX no estado do Rio de Janeiro, Goiás (incluindo Tocantins) e Minas Gerais permite observar as variações morfológicas entre essas duas tipologias.

Por volta da metade do século XVIII, a cultura construtiva em Portugal e no seu império ultramarino realiza um processo simultâneo de consolidação das suas tradições de origem medieval e de renovação, identificada por Pinto (2016), nas suas práticas tecnológicas e nos seus paradigmas normativos. Tal movimento resulta a partir de então numa relativa estabilidade de uma tradição luso-brasileira, sobretudo no âmbito da edificação de base urbana (Figura 1). Ultrapassando a Independência, essa tradição persiste em ambas as margens do Atlântico ao menos até a difusão de ideologias sanitaristas e da cultura doméstica burguesa no contexto republicano do início do século XX, e mais além em regiões isoladas como o interior do estado de Goiás.



Figura 1. Casas correntes dos séculos XVIII, XIX e XX na cidade de Goiás (foto do autor, 2007)



Figura 2. Real fazenda, Goiás, meados do século XVIII: exemplar de casa senhorial urbana (foto do autor, 2007)

O presente artigo analisa a morfologia do andar nobre de moradas urbanas no recorte cronológico dessa tradição luso-brasileira, confrontando entre si as configurações de casas correntes e moradas senhoriais. O instrumental usado para tal comparação é a análise de visibilidade (intervisibilidade)

pertencente à caixa de ferramentas da sintaxe espacial e produzida pelo programa de código aberto depthmapX criado por Varoudis (2020). A aplicação da sintaxe espacial na arquitetura doméstica tradicional no Brasil é um campo em expansão, baseado em grande parte na análise de grafos justificados,

indicando a profundidade de conexões topológicas entre ambientes unitários. Essa estratégia foi aplicada inicialmente por Trigueiro (2012) e continua a ser amplamente adotada, por exemplo, por Umbelino (2016) e Oliveira (2021), onde permite identificar os padrões de circulação em árvore dentro das casas. Na investigação de Trigueiro, a profundidade topológica permitiu evidenciar diferenças na organização espacial entre tipos de plantas visualmente semelhantes.

Em contraste, a integração visual enfatiza o chamado centro morfológico dos espaços, aqueles mais visíveis e acessíveis a partir de todo o restante da edificação, representados no gráfico em cores quentes (Figura 3). Exemplos do método da integração visual podem ser encontrados também no estudo de Umbelino (2016), assim como no de Santana, Garcia e Gurgel (2022). Este último, em particular, demonstra como a integração visual permite realçar semelhanças na hierarquia espacial de casas à primeira vista muito díspares. Aprofundando as explorações preliminares de tais trabalhos, esta comunicação apresenta a análise de integração visual comparada de várias edificações privadas urbanas no Brasil, datadas de meados do século XVIII até o início do século XX.

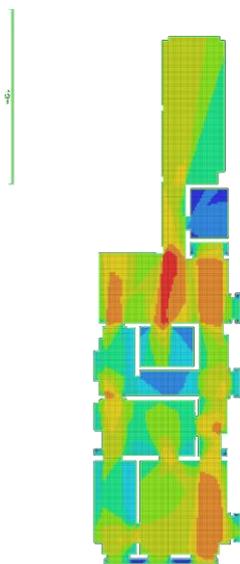


Figura 3. Gráfico de intervisibilidade da casa do patrimônio de Paraty, 1750 (desenho da autora).

Contexto histórico–tipológico

Casas correntes

A tipologia da arquitetura doméstica urbana portuguesa divergiu da matriz mediterrânea com o reparcelamento das casas-pátio antigas em casas correntes durante a Idade Média.

Usando a terminologia cunhada por Westfall (1991), o tipo portante em grande parte dos tecidos urbanos ibéricos deixou de ser a *regia* e passou a ser a *domus* (Figura 4). Adotando a conceituação de Caniggia (1997), a tipologia mediterrânea das casas-pátio — e especialmente o tipo islamizado dos quarteirões profundos acessíveis por meio de adarves — foi reduzida a um substrato do parcelamento do solo.

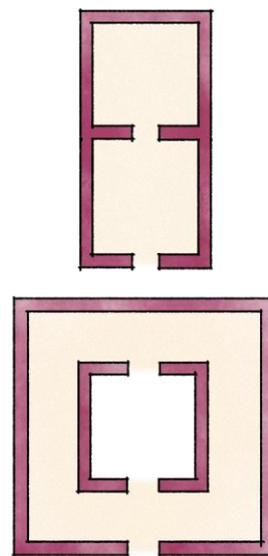


Figura 4. Diagramas ideais dos tipos edifícios segundo C. William Westfall, 1991. a - domus, b - regia (desenho do autor).

Sobre este substrato islamizado, a reforma administrativa e a reorganização demográfica dos reinos cristãos impuseram, como mostrado por Navarro Palazón e Jiménez Castillo (2001), um reparcelamento desses quarteirões em lotes de casas correntes, estreitos e profundos, modulados pelo substrato das casas-pátio preexistentes. Esse tipo de lote é convencionalmente designado em Portugal como «lote gótico». Não obstante as implicações historicamente discutíveis de tal nomenclatura apontadas por Trindade (2013), tanto a alusão aos godos quanto a morfologia desse paradigma urbanístico remetem à sua origem nos reinos germânicos do Noroeste da Europa — Inglaterra, onde foi extensamente analisado por Conzen (2022), França e, mais a propósito da primeira dinastia portuguesa, Borgonha.

O que importa notar é que, contrariamente à diversidade irredutível e aborígine das tradições rurais portuguesas identificadas pelo inquérito à *Arquitetura popular em Portugal* (1961), a tipologia das casas correntes tardomedievais na península Ibérica decorreu

de um processo intencionalmente uniformizador e xenofílico. A uniformidade da série tipológica das casas correntes europeias é demonstrada no catálogo de plantas de habitações «para todas as

qualidades de homens», desenhado por Serlio (1547–1550) para um público francês (Figura 5), mas igualmente representativo das casas luso-brasileiras.

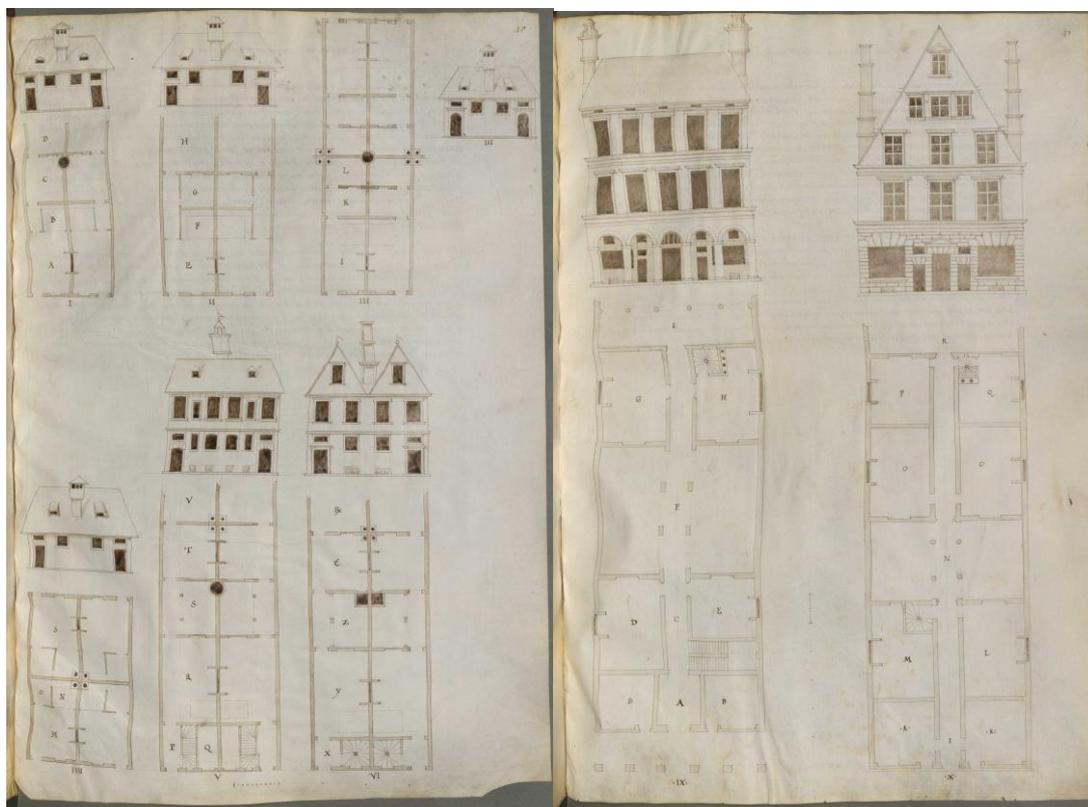


Figura 5. Sebastiano Serlio, variantes sincrônicas de casas corrente europeias. *Sesto libro d'architettura*, 1547–51. a — habitações para quaisquer qualidades de homens dentro da cidade, f. 45 r.º, b — casarões de mercadores dentro da cidade, f. 47 r.º

No entanto, as casas correntes luso-brasileiras não são apenas uma adaptação de modelos vindos do norte. Uma vez adotada em Portugal, essa série tipológica se materializa por meio de dimensões modulares caracteristicamente locais. Essas dimensões se baseiam em células espaciais de modesto vão livre (15 a 25 palmos, ou cerca de 3,3 a 5,5 metros) conformando o que Costa (2015, p. 13) denomina «moradas de casas». A derivação do processo tipológico da casa corrente dá-se então pelo desdobramento, primeiro em profundidade e depois em largura, desse aglomerado de células.

Casas senhoriais

Ao mesmo tempo que se consolida a tipologia da casa corrente luso-brasileira na Idade Moderna, as classes altas introduzem nos tecidos urbanos uma série tipológica de moradas de origem rural, conhecidas em Portugal como «casas nobres» e no Brasil

como «casas senhoriais» ou «solares» (este último termo reservado, em Portugal, para moradas rurais). Ao contrário das moradas de casas que dão origem às casas correntes, formadas essencialmente por células de pequenas dimensões, a tipologia aristocrática se estrutura em torno de um ou mais salões de grandes dimensões.

Para além dos salões, a característica mais saliente da série tipológica das casas senhoriais consiste na relação interior–exterior, com clara distinção entre espaço aberto público e espaço aberto privado, como elemento estruturante da composição. Tal relação é amiúde materializada por meio de um pátio, seja ele inteiramente encerrado na construção ou delimitado por três alas edificadas em forma de U e aberto para o quintal — nunca um pátio dianteiro à maneira francesa. Com isso, a casa senhorial se vincula ao tipo ideal da *regia* (ver Figura 4), sendo irredutível tipologicamente à série da casa

corrente, uma vez que esta é instância da *domus* (Westfall, 1991).

O pátio da casa senhorial, porém, não tem semelhança morfológica com o das casas mediterrâneas antigas e islamizadas. Isto porque o pátio vernacular mediterrâneo é, entre outros atributos, um elemento da

promenade architecturale na casa, conduzindo até o salão principal da morada. O pátio senhorial, ao contrário, se vincula ao tipo do *palazzo* medieval e renascentista. Neste tipo, o percurso social e público se situa *entre* a rua e o pátio, e não *através* do pátio (Figura 6).

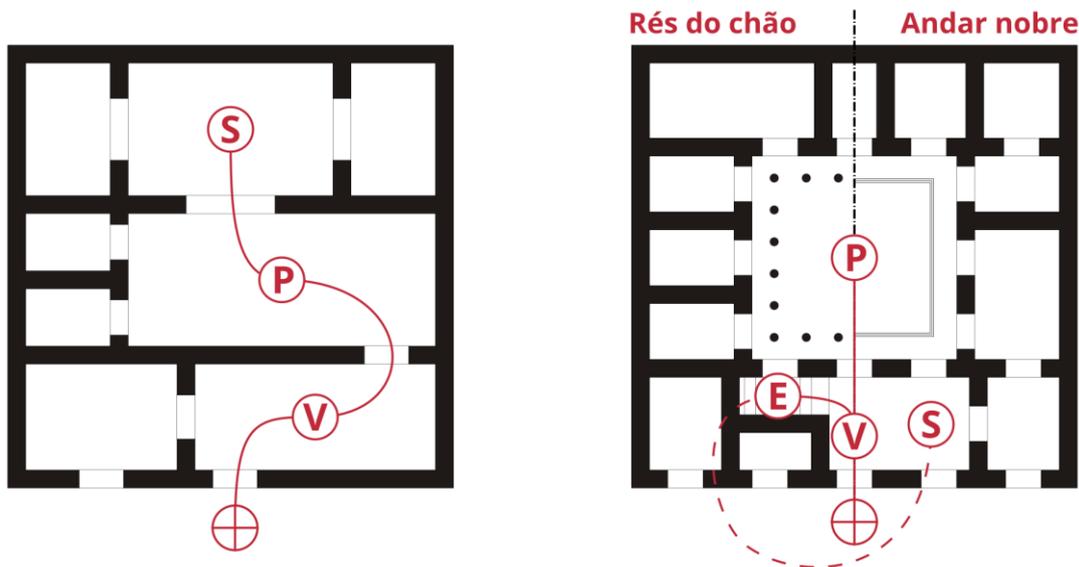


Figura 6. Diagramas e grafos do pátio mediterrâneo (esquerda) e do pátio senhorial (direita).
V = vestíbulo, E = escadaria, P = pátio, S = sala (desenho do autor).

Por isso mesmo, há exemplares que se podem classificar como casas senhoriais, mesmo sendo totalmente desprovidos de pátio. Nesses casos, é o partido volumétrico mais largo do que profundo o que marca, inequivocamente, a oposição entre espaço aberto dianteiro e espaço aberto de fundos enquanto cerne da caracterização morfológica dessa série. Nesse caso, a morada se conforma, por assim dizer, como se toda ela fosse o bloco dianteiro de um *palazzo* com pátio do qual foram eliminadas as alas laterais e a de fundos.

Periodização e regionalização

A história da morada urbana luso-brasileira tem, atualmente, uma narrativa consolidada a partir de décadas de estudos generalistas, desde os primeiros ensaios interpretativos por Freyre (1951) até as sínteses canônicas por Lemos (1996) e Reis Filho (1969) no terceiro quartel do século XX. Esta narrativa toma como ponto de partida a correspondência direta entre o sistema escravista e a configuração espacial da casa corrente luso-brasileira, tida como dependente da servidão doméstica para os mínimos confortos (Reis Filho, 1983, p. 29).

Essa narrativa ressalta, por exemplo, o contraste entre a renovação estética das fachadas sob o classicismo imperial do século XIX (nomenclatura proposta por Sousa, 1994, p. 25) e a persistência de distribuições tradicionais até o final da monarquia. Segundo Maestri (2001), o conservadorismo das plantas de casas correntes evidencia uma relativa uniformidade do modelo escravista urbano no espaço e no tempo. Caberia então à República, na esteira da abolição da escravidão e da introdução do discurso sanitário, promover mudanças significativas na distribuição espacial da moradia, muitas vezes, como mostrou Lemos (1999a), por meio de imposições normativas.

Pesquisas mais especializadas têm relativizado esse panorama de uniformidade e especificidade da morada urbana de dois modos. Primeiro, elas mostram crescentes semelhanças morfológicas entre a casa corrente urbana e a morada rural ao longo do século XIX, como na documentação realizada por Martins (1978) no interior de São Paulo. Segundo, chamam atenção para a tipologia da morada senhorial, objeto de aprofundados estudos neste século por grupos de pesquisa

luso-brasileiros como aquele coordenado por Malta e Mendonça (2013).

A tipologia da habitação de origem portuguesa no Brasil não forma uma árvore genealógica autônoma a partir de um tipo matriz comum. Mais bem, como afirma Weimer (2005), é uma teia na qual se entrecruzam, desde o início da colonização, várias tradições regionais já amadurecidas em Portugal continental e hibridizadas nas ilhas atlânticas. Essa teia desenvolve, por sua vez, já no território da América portuguesa, ulteriores diferenciações e sínteses regionais e contextuais, alimentadas tanto por dinâmicas internas à cultura edilícia colonial quanto por injeções periódicas e localizadas de contingentes de artífices e usuários recém-chegados da península Ibérica e dos Açores.

Certo é, nesse panorama, que a formação do habitat vernáculo luso-brasileiro não tem a forma nem do caldeirão unitário e homogeneizado proposto pela mitologia do Estado Novo nem, inversamente, de uma constelação de tradições que se movessem sempre no sentido de uma maior diferenciação regional, tal como atestado pelos autores do Inquérito em Portugal continental.

Tipologia doméstica no Brasil

A história da morada luso-brasileira se caracteriza por duas negativas fundamentais já postuladas por Waisman (1993) para o conjunto da arquitetura latinoamericana: por um lado, a impossibilidade de se estabelecer uma periodização consistente baseada em critérios formais e, por outro, a inexistência de processos tipológicos formando simples genealogias processuais. Na ausência desses marcadores de uma convencional história linear, a edilícia de base no Brasil pode ser definida por uma nuvem de características predominantes. Estas são em grande medida herdadas de variadas matrizes portuguesas, desdobradas e recombinadas ao sabor das possibilidades e necessidades de diferentes contextos urbanos ou rurais, classes sociais, recursos e saberes disponíveis. Algumas dessas características dentre as mais frequentemente mencionadas na literatura são:

1. Setorização espacial derivada do propósito social da domus ou morada arquetípica formulado por Westfall (1991),

qual seja, a distinção entre uma zona mais acessível à frente e uma zona mais reclusa aos fundos da casa. Na casa brasileira, como sintetiza Lemos (1996), essa distinção se resolve na precedência da zona «íntima» sobre a zona «social», associada à natureza patriarcal da sociedade colonial descrita por Freyre (1951).

2. Distinção ancestral entre tipos distributivos rurais e urbanos, com primazia do rural sobre o urbano tanto na genealogia da derivação tipológica quanto, como observa Reis Filho (1983), na preferência cotidiana pela morada rural sobre o pouso na cidade. Todavia, nos séculos XVIII e XIX observa-se intensa contaminação cruzada desses tipos, com a presença de plantas rurais solarengas na cidade e de partidos de casas correntes urbanas (com corredores longitudinais) em moradas rurais, como observou Martins (1978).

3. Cozinha segregada da distribuição principal da morada, quando não da sua própria volumetria. Esse aspecto é por vezes apontado como indício de uma suposta influência indígena sobre a edilícia luso-brasileira. No entanto, a cozinha segregada é atestada já no vernáculo açoriano por Duarte Carlos *et al.* (2020). Neste, sinaliza a precedência da segurança contra incêndio sobre o aproveitamento do calor do fogo, pouco importante nos climas amenos do mundo atlântico português. Destaca-se também nesse universo atlântico a raridade de chaminés, com a extração de fumo obtida mais frequentemente através da telha vã.

Há outra característica morfológica transmitida da morada rural minhota para o Brasil através dos Açores, esta ainda não sistematizada na literatura. Trata-se do processo tipológico de «urbanização» da habitação por meio da transformação do estábulo ao rés do chão em porão alto e finalmente em pavimento térreo completo (Figura 7). Embora o primeiro passo desse processo seja raro no Brasil, livre da necessidade de captar o calor do gado para aquecer a habitação, as variantes com porão alto e sobrado completo estão presentes. Toda esta série tipológica apresenta a escada de acesso à habitação preferencialmente exterior ou imediatamente acessível pela entrada principal.

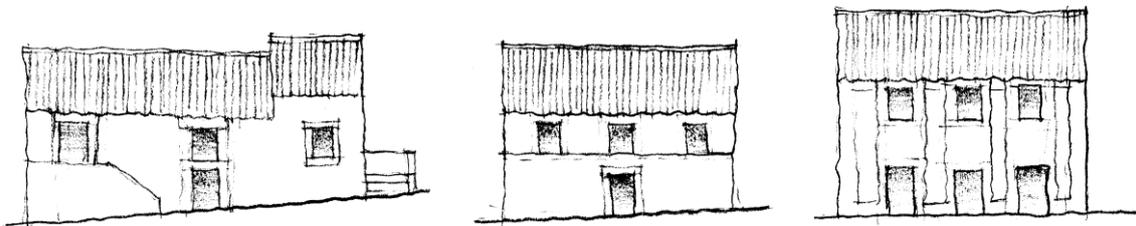


Figura 7. Processo tipológico de casas nas Ribeiras de Santa Cruz, ilha do Pico, Açores. Da esquerda para a direita: morada rural sobre estábulo, morada em piso sobre porão alto, e sobrado com rés-do-chão e andar nobre (desenho do autor).

Apenas no final do século XIX é que se pôde ver a marca inconfundível de transformações diacrônicas operadas pela renovação dos modos de morar e dos comportamentos domésticos. A principal terá sido a adição longitudinal de uma zona de «serviço» às já existentes zonas «social» e «íntima» (Lemos, 1976). Já a introdução do afastamento lateral no lote urbano, por esta mesma época, provocou uma compactação e reorganização da circulação interior da morada, com reposicionamento das zonas «íntima» e «social» (Lemos, 1989, 1999b).

Recorte e metodologia

Nomenclatura

A nomenclatura habitual dos tipos edifícios de base no Brasil não recobre todas as manifestações da morada tradicional e, pior ainda, não tem consistência descritiva. Designações sócio-históricas, como a de «casa bandeirista», coexistem com outras vagamente descritivas da morfologia das plantas, tais como «casa de morada» — a qual designa qualquer casa corrente dotada de corredor longitudinal — e suas variações, «meia-morada» ou «morada-inteira». Estas duas últimas diferem quanto ao número de células em largura — uma ou duas — e, conseqüentemente, à posição lateral ou central do corredor.

Em Portugal o vocabulário é igualmente equívoco e por vezes incompatível com a nomenclatura brasileira. O termo «morada de casas» designa, sobretudo no Alentejo (Costa, 2015), uma tipologia doméstica urbana formada por células de pequenas dimensões sem distinção quanto à composição dessas células ou à natureza do parcelamento do solo. Mais consistente é a distinção, dentro da série tipológica da casa corrente, entre «habitação de frente estreita» contando com uma única célula em largura, e «habitação de frente larga» contando com duas ou mais células em largura. A habitação de frente estreita na

nomenclatura portuguesa corresponde à «casa de porta e janela» na nomenclatura brasileira, e a habitação de frente larga recobre o espectro das casas de morada na nomenclatura brasileira.

Outra inconsistência de nomenclatura entre Portugal e Brasil se refere à terminologia do «solar». Em Portugal este nome designa somente uma «casa nobre» (habitação palaciana) rural, uma vez que a sua etimologia deriva de «solo», ou seja, de uma herdade aristocrática. Já no Brasil as «casas senhoriais» (termo equivalente à casa nobre em Portugal) urbanas ou suburbanas também recebem, ocasionalmente e sem critérios claros, a designação de solar.

Ademais, essa nomenclatura é pouco relevante para se retroceder às matrizes tipológicas da casa luso-brasileira em Portugal continental ou nas ilhas atlânticas. Desde o Inquérito que a classificação hegemônica da arquitetura tradicional portuguesa opera por tipos regionais, em autores como Oliveira e Galhano (1992), Moutinho (1995) e Mascarenhas (2015). No entanto, trata-se de uma nomenclatura em grande medida estabilizada na bibliografia brasileira e da qual não será possível divergir significativamente.

Além disso, como já apontado acima, o principal interesse deste trabalho está na trajetória dos tipos urbanos de casas correntes e das casas senhoriais que se aproximam ao contexto urbano. A tipologia da casa corrente em Portugal tem, por sua vez, uma origem unitária como indicado pela nomenclatura do «lote gótico».

Recorte de estudo

O enquadramento tipológico se limitou, conforme a premissa desta investigação, às casas correntes urbanas e às casas senhoriais, estas tanto no contexto de tecidos urbanos consolidados quanto em implantações de caráter suburbano, suficientemente próximas aos núcleos urbanos para que representassem

um modo de vida cidadão. O recorte não leva em conta o uso atual ou pretérito dessas edificações, uma vez que o termo «casa» ou «morada» é empregado aqui como indicador tipológico e não funcional.

Este trabalho reuniu, portanto, 94 plantas de casas urbanas ou quintas suburbanas datadas de meados do século XVIII ao início do século XX já publicadas na literatura ou disponíveis em acervos digitalizados. Nesse universo, predominam os exemplares de casas correntes, tanto térreas quanto sobrados, sobre as casas senhoriais, por serem aquelas mais difundidas nos tecidos urbanos. O conjunto de dados empregados nesta análise — as plantas de todas as 94 casas estudadas e seus respectivos gráficos de visibilidade — está depositado em <https://osf.io/gy47h/>.

A tipologia das casas correntes e senhoriais é pautada pela relação entre um «conceito de casa» — terminologia proposta por Muratori (1959) — predominante, respectivo a cada uma das duas séries tipológicas citadas, e as variações e adaptações ao sítio e às necessidades específicas de cada caso. Nessa relação, verifica-se a maior estabilidade configuracional no que constitui o «andar nobre» das edificações: o nível único das casas térreas, ou o pavimento sobre porão ou sobre rés-do-chão comercial nas casas sobrelevadas ou assobradadas. Reciprocamente, os porões ou pavimentos inferiores dos sobrados apresentam grande variabilidade formal, compreendendo desde porões hipóstilos sem subdivisão espacial até pavimentos que chegam quase a replicar a distribuição de ambientes do andar nobre.

O conjunto da amostra se concentra no antigo territórios goiano (incluindo o atual Tocantins), mineiro e fluminense. Trata-se de uma opção metodológica para contornar o contexto paulista, já amplamente estudado na literatura por autores como Lemos (1989, 1999b), bem como para privilegiar o aspecto mais conservador da tradição luso-brasileira frente aos casos inovadores e idiossincráticos das principais cidades do Nordeste, explorados por Oliveira e Galhano (1986) e Silva Filho (1986).

A variação diacrônica das séries tipológicas foi observada sempre que possível, mas não se constitui num aspecto predominante neste estudo. Pelo contrário, a relativa estabilidade da tradição doméstica luso-brasileira de meados do século XVIII até o início do XX é

uma das premissas do recorte deste trabalho. Devido a essa estabilidade e à carência de fontes documentais, grande parte das casas correntes estudadas não podem ser datadas com qualquer grau de confiança. Reciprocamente, as casas senhoriais apresentam datações mais precisas, remontando em sua maioria ao período entre o final do século XVIII e o terceiro quartel do século XIX.

Procedimentos metodológicos

As plantas das casas incluídas no recorte deste trabalho foram redesenhadas especificamente para uso no programa depthmapX, levando em conta apenas a distribuição de espaços interiores e pátios. O objetivo da análise foi averiguar o posicionamento do centro morfológico — a zona de maior integração visual na planta, representada como uma mancha de cores mais quentes — e sua relação com diferentes tipos de casas correntes e senhoriais.

A análise da amostra considerou apenas o andar nobre das moradas, quando se tratava de edificações com mais de um pavimento. Como observado mais acima, o processo tipológico das moradas sobre porão alto ou assobradadas deriva da morada rural sobre estábulo. Nesse processo, o acesso ao andar nobre por escadaria exterior ou porta principal dando acesso direto à escada é a regra. Portanto, embora seja quase sempre possível a circulação interna entre pavimentos, o andar nobre constitui efetivamente uma configuração espacial autônoma e escassamente influenciada pela sua ligação com o nível térreo ou porão. A expressão tipológica da composição é representada, assim, de modo suficientemente completo por aquela configuração do andar nobre, ao passo que o porão ou pavimento térreo apresentam, na amostra analisada, variações independentes da configuração do andar nobre. Além disso, eventuais pavimentos acima do andar nobre e sótãos raramente ocorrem na amostra, e mais raramente ainda foram documentados na bibliografia disponível.

Por fim, cabe ressaltar que o propósito da análise foi o de identificar a ocorrência de padrões morfológicos recorrentes, não a sua frequência e nem configurações excepcionais. Isto porque o viés bibliográfico da seleção não garante representatividade para eventuais distribuições estatísticas. Além disso, na amostra ocorreram algumas configurações *sui*

generis condicionadas seja por restrições na implantação das casas, seja como resultado de sucessivas alterações ou amálgamas de edificações originalmente separadas. Tais casos singulares não constituem, por si mesmos, tipos morfológicos uma vez que não pertencem nem a séries de variações sincrônicas, e nem, até onde foi possível identificar, a processos diacrônicos mais amplos. Portanto, fogem ao escopo deste trabalho e não são apresentados nos resultados.

Resultados e discussão

Descrição das variantes sincrônicas

A definição histórica das séries tipológicas da casa corrente e da casa senhorial luso-brasileiras, conforme já exposto mais acima, é bastante clara na sua distinção. Os tipos da casa corrente se originam da produção de lotes estreitos e profundos. Isso resulta numa configuração que remete ao tipo ideal da *domus* caracterizado por um gradiente de privacidade da frente para os fundos da casa. Esse processo tipológico se desdobra em frentes mais largas para formar casas articuladas por meio de um corredor longitudinal lateral ou, nos casos mais expansivos, central. Trata-se, portanto, de uma série com extremos conceituais bem definidos, desde a habitação mínima com uma «casa» (célula espacial) de frente e outra de fundos até a «morada de casas» (Portugal) ou «casa de morada» (Brasil) expansiva com uma ou duas fileiras de salas e alcovas de cada lado de um corredor central.

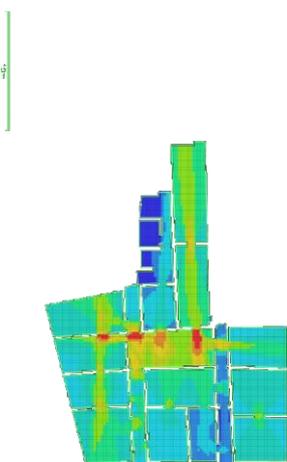


Figura 8. Casa corrente duplicada: casa de Cora Coralina, Goiás, 1782 (desenho da autora).

Em casos extremos de expansão do núcleo elementar da casa corrente, o conjunto inteiro da casa de morada se duplica com a introdução

de um segundo corredor longitudinal com seu sistema de salas e alcovas (Figura 8).

No contexto das povoações brasileiras estabelecidas no período colonial, em geral menos densas do que os centros urbanos consolidados em Portugal, as casas de morada apresentam quase sempre, conforme descrito por Algranti (1997), uma grande sala situada na extremidade de fundos do corredor e com acesso direto ou vista para o quintal. Essa sala é conhecida como «varanda» embora nem sempre tenha tido a configuração semiaberta que essa palavra denota hoje em dia. Nas fontes escritas do século XIX, especialmente nos relatos de viajantes como Debret (1839), a varanda é identificada como o centro do convívio doméstico. Nisso ela se opõe à sala de visitas situada na frente da casa, e usada, como o nome indica, para encontros mais formais com pessoas externas ao convívio familiar (Lemos, 1996).

Quanto às casas senhoriais, não é possível falar propriamente num *processo* tipológico com extremos conceitualmente fixos. Pelo contrário, verifica-se uma grande diversidade de configurações que se não pode ordenar numa sequência de desdobramentos lógicos (Lemos, 1996). O ponto comum, porém, à tipologia de casas senhoriais parece ser as enfiadas transversais de salões de dimensões maiores do que as células das casas correntes. Além disso, em muitos exemplares de casas senhoriais a profundidade do corpo edificado resolve-se com um aparente empréstimo à série tipológica das casas correntes. Nesses casos, um corredor longitudinal ladeado por diversas alcovas (nem sempre acessíveis pelo próprio corredor) media a separação entre salões de frente e de fundos.

Duas classes tipológicas

A partir da descrição das composições de casas correntes e senhoriais, parece haver uma zona cinzenta entre essas duas séries tipológicas. De um lado, o crescimento da casa de morada resulta num desdobramento da composição — e conseqüentemente do centro integrador — para os lados. Do outro lado, certas casas senhoriais hibridizam-se com elementos da distribuição espacial da casa corrente. É diante dessas zonas cinzentas que a análise de integração visual permite esclarecer características estruturantes de tais composições.

Os gráficos de profundidade visual gerados pelo programa depthmapX (Gil *et al.*, 2015) sobre plantas de casas evidenciam, de fato, duas séries tipológicas distintas que confirmam a diferença morfológica essencial entre as casas correntes e as senhoriais. Essa diferença reflete um matiz mais complexo de relações entre privacidade e publicidade da vida social entre as elites do Brasil escravista.

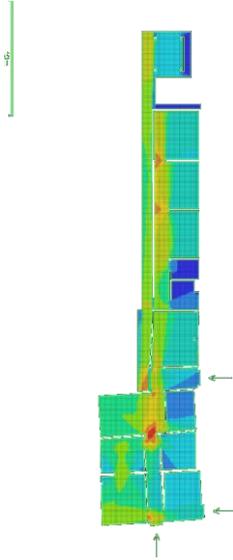


Figura 9. Gráfico de intervisibilidade de uma casa corrente com centro morfológico no acesso à varanda: casa enxaimel, Pilar de Goiás, século XVIII (desenho da autora).

Nas plantas representativas da tipologia de casas correntes, o centro morfológico da composição está invariavelmente na «varanda» ou no portal entre o corredor e a varanda, reforçando a identificação desta última com o centro social da convivência doméstica (Figura 9). O vetor morfológicamente «quente» em volta desse ponto central desenvolve-se sobretudo ao longo do eixo longitudinal formado pelo corredor.

Reciprocamente, nas casas senhoriais, o vetor morfológicamente mais quente situa-se no mais das vezes junto à frente da casa e tem uma direção transversal. Os pontos de maior integração visual situam-se então junto aos portais de alguns desses salões dispostos contra a fachada da casa (Figura 10).

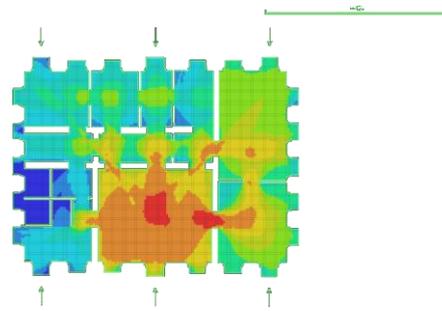


Figura 10: Gráfico de intervisibilidade de uma casa senhorial com centro morfológico na enfiada transversal dianteira: chácara dos herdeiros de Constantino Dias Pinheiro, Rio de Janeiro. Arquiteto Júlio Frederico Koeler, meados do século XIX (desenho da autora).

Mesmo naquelas plantas em que parece haver aproximação entre as duas séries tipológicas da casa corrente e da casa senhorial, o gráfico de integração visual não reflete a ambiguidade aparente à primeira vista. Em todos os casos analisados de aparente hibridismo tipológico, apenas uma das duas configurações é dominante: seja a da casa corrente, com o centro morfológico na varanda e eixo integrador longitudinal, seja a da casa senhorial, com eixo integrador transversal junto à fachada.

No corpo de exemplos estudados nesta investigação, os casos de gráficos de visibilidade híbridos, onde as características tipológicas da casa corrente e da casa senhorial se sobrepõem, são extremamente raros. Apenas em alguns exemplares de casas senhoriais muito alongadas longitudinalmente ou dotados de pátio totalmente encerrado, há também um vetor de integração visual longitudinal — não necessariamente associado a composições importadas das casas correntes, porém. A casa da Princesa, em Pilar de Goiás, é o único exemplar do universo analisado que apresenta dois centros morfológicos de importância comparável. O primeiro, na parte dianteira, configura uma enfiada transversal de salões segundo a tipologia das casas senhoriais; o segundo, aos fundos, enfatiza a importância da varanda no convívio íntimo (Figura 11).

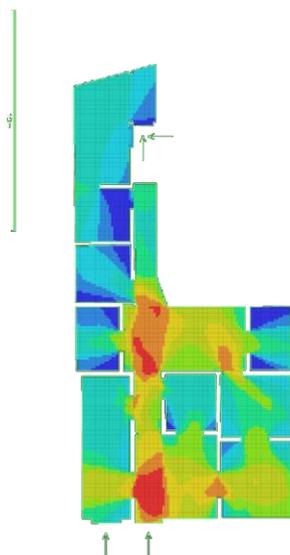


Figura 11. Híbrido de casa corrente e senhorial: casa da Princesa, Pilar de Goiás, c. 1750 (desenho da autora).

Implicações para o estudo da arquitetura doméstica luso-brasileira

A nitidez com que o método da integração visual permite distinguir entre as séries tipológicas da casa corrente e da casa senhorial é um resultado que redireciona a leitura convencional da cidade de origem colonial e imperial no Brasil. Em vez de separar os tipos edilícios por variações regionais ou pela quantidade de ambientes, é possível diferenciar as séries tipológicas pelo posicionamento do núcleo integrador e pela direção do vetor linear de maior integração.

O resultado da análise de integração visual vem, na verdade, confirmar por meio da morfologia espacial as dinâmicas da vida doméstica que a história social já apontavam, nomeadamente a primazia da varanda no convívio familiar urbano e, no caso específico da arquitetura senhorial, a primazia dos espaços de recepção e representação. Com isso, permite fortalecer o vínculo até então tênue e pouco rigoroso entre forma arquitetônica e dinâmicas socioculturais.

Mais ainda, essa ferramenta da sintaxe espacial esclarece, nos casos morfológicos limítrofes, a vinculação de certas edificações preferencialmente à tipologia da casa corrente ou da casa senhorial. Tal assistência é pertinente se levarmos em conta justamente a sua capacidade de fortalecer o diálogo crítico entre os modos de sociabilidade e a sua materialização na forma construída.

Conclusão

Durante todo o período estudado, constatou-se a constância do centro morfológico das casas correntes e dos solares. Salões e varandas voltadas para o quintal, as áreas de passagem, como corredores, assim como pátios internos, como as áreas mais quentes, ou seja, mais acessíveis. As áreas mais frias, ou seja, menos acessíveis, se mantiveram nas áreas de puxados e laterais das casas. Mesmo que os anexos e áreas de serviços sejam os pontos menos acessíveis nas casas, percebeu-se que se localizavam relativamente próximos às áreas centrais. Foi confirmada a primazia da zona íntima nas casas de morada ou do salão nos tipos solarengos, onde centro quente nas residências permaneceu constante entre os séculos XVIII e XX.

As casas brasileiras sofreram diversas adaptações ao longo do período estudado, como a especialização das atividades nos cômodos e a introdução de novos sistemas construtivos. Todavia, a transformação mais significativa é a introdução das moradas ecléticas, partido caracterizado pelo afastamento do volume principal das habitações em relação aos limites do lote e o acesso feito pela lateral das casas.

Assim, a continuação de um trabalho sistemático de investigação da tipologia doméstica tradicional no Brasil deve expandir o escopo de análise para a arquitetura eclética, mas também para séries tipológicas vernaculares ainda não exploradas: nomeadamente as moradas dos imigrantes de diversas nacionalidades e outras casas rurais de pequeno porte. Ademais, os casos singulares que não se enquadram em nenhuma série tipológica podem, também, ser confrontados com essas séries e analisados quanto às implicações da sua configuração para a vida social.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi fomentada com uma bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período 2021-2022.

Referências

Algranti, L.M. (1997) “Famílias e vida doméstica”, em L. de M. e Souza (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 83–154.

- Arquitetura popular em Portugal (2) (1961). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Caniggia, G. (1997) “Analisi tipologica: la corte matrice dell’insediamento”, em *Ragionamenti di tipologia: operatività della tipologia processuale in architettura*. Firenze: Alinea, p. 59–107.
- Conzen, M.R.G. (2022) *Alnwick, Northumberland: análise do plano de cidade*. Traduzido por V. Oliveira e C. Monteiro. Porto: Urban Forms.
- Costa, M.R. (2015) “As moradas de casas do núcleo intramuros de Mértola: uma leitura preliminar da arquitetura doméstica entre o final do Antigo Regime e o início do século XX”, em M.R. Costa, S. Gómez Martínez, e V. Ribeiro (orgs.) *Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa : Mértola: Argumentum ; Campo Arqueológico de Mértola, p. 13–19.
- Debret, J.B. (1839) *Voyage pittoresque et historique au Brésil: ou, séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement, époques de l’avenement et de l’abdication de S. M. D. Pedro Ier, fondateur de l’empire brésilien*. Paris: Firmin-Didot frères. Disponível em: <http://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4716> (Acessado: 8 de novembro de 2019).
- Duarte Carlos, G. et al. (2020) “The traditional cultural landscape of Pico island and its vernacular architecture, Portugal”, em L. Dipasquale, S. Mecca, e M. Correia (orgs.) *From vernacular to world heritage*. Firenze: Firenze University Press (Ricerche, architettura, pianificazione, paesaggio, design, 5), p. 82–97. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/978-88-5518-293-5>.
- Freyre, G. (1951) *Sobrados e mucambos*. 2º ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gil, J. et al. (2015) “The space syntax toolkit: Integrating DepthmapX and exploratory spatial analysis workflows in QGIS”, em *SSS 2015*. London: Space Syntax Laboratory, The Bartlett School of Architecture, University College London. Disponível em: <http://www.sss10.bartlett.ucl.ac.uk/proceedings/> (Acessado: 24 de maio de 2020).
- Lemos, C.A.C. (1976) *Cozinhas, etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva (Debates ; 94 : arquitetura).
- Lemos, C.A.C. (1989) *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2º ed. São Paulo: Nobel.
- Lemos, C.A.C. (1996) *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto.
- Lemos, C.A.C. (1999a) *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec.
- Lemos, C.A.C. (1999b) *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp.
- Maestri, M. (2001) *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF Editora (Coleção Malungo, 1).
- Malta, M. e Mendoça, I.M.G. (orgs.) (2013) *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Martins, N.M. (1978) *O partido arquitetônico rural no século XIX: Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.
- Mascarenhas, J. (2015) *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Horizonte (Sistemas de construção, XV).
- Moutinho, M. (1995) *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- Muratori, S. (1959) “Studi per una operante storia urbana di Venezia. I”, *Palladio*, IX(3–4), p. 97–209.
- Navarro Palazón, J. e Jiménez Castillo, P. (2001) “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia”, em *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. Disponível em: <https://ruidera.uclm.es/xmlui/handle/10578/4984> (Acessado: 12 de setembro de 2020).
- Oliveira, E.V. de e Galhano, F. (1986) *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial.
- Oliveira, E.V. de e Galhano, F. (1992) *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote (Portugal de Perto, 24).
- Oliveira, K.B. da S. (2021) *Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó potiguar, séculos XVIII e XIX*. Dissertação de

- Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Pinto, S.M.G. (2016) “A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV–XIX)”, *Revista de estudos histórico-jurídicos*, (38), p. 149–177. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0716-54552016000100006>.
- Reis Filho, N.G. (1969) *Lote urbano e a arquitetura no Brasil*. São Paulo: FAUUSP.
- Reis Filho, N.G. (1983) *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Santana, Y.C.A., Garcia, C. da C. e Gurgel, A.P.C. (2022) “Nada será como antes, mas tudo é o mesmo: duas residências pós-modernistas brasileiras sob o olhar da sintaxe espacial”, *Revista de Morfologia Urbana*, 10(2). Disponível em: <https://doi.org/10.47235/rmu.v10i2.256>.
- Serlio, S. (1547–1550) *Sesto libro d'architettura: Delle habitationi fuori e dentro delle città*. Lyon. Disponível em: <https://opacplus.bsb-muenchen.de/title/BV023049640>.
- Silva Filho, O.P. da (1986) *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Efecê.
- Sousa, A.J. de (1994) *Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame*. 1. ed. São Paulo: Pini.
- Trigueiro, E.B.F. (2012) “Sobrados coloniais: um tipo só?”, *Cadernos Proarq*, (19), p. 194–211. Disponível em: <https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/paginas/edicao/19> (Acessado: 12 de março de 2024).
- Trindade, L. (2013) *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0772-6>.
- Umbelino, A.G. (2016) “A casa que vovô morou, o meu pai herdou e passou para mim.: estudo da reorganização espacial de edificação vernacular ao longo de um século”, em *Habitação e desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte.
- Varoudis, T. (2020) “depthmapX”. Disponível em: <https://github.com/varoudis/depthmapX> (Acessado: 4 de novembro de 2023).
- Waisman, M. (1993) *El interior de la historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos*. 2º ed. Bogotá: Escala.
- Weimer, G. (2005) *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.
- Westfall, C.W. (1991) “Building types”, em C.W. Westfall e R.J. van Pelt (orgs.) *Architectural Principles in the Age of Historicism*. New Haven: Yale University Press, p. 138–167.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Characterizing traditional Brazilian house typologies by means of intervisibility analysis

Abstract. This paper analyzes the morphological differences in traditional urban architecture in Brazil between the typologies of rowhouses and urban or suburban mansions, from the mid-eighteenth to the early twentieth century. It focuses on the relatively uniform and conservative context of the states of Rio de Janeiro, Goiás (including Tocantins), and Minas Gerais. This study highlights defining characteristics of each of the two typological series. While most previous studies have looked at tree graph analysis to assess the topological connections between individual spaces, this research turns to intervisibility analysis, evidencing the morphological centers of compositions. The results highlight how visual integration analysis confirms the overlap between the spatial composition of both rowhouses and mansions and the attributes of social life specific to each of these typologies. These attributes include the location of the family room in the rear of rowhouses and, in contrast, the primacy of ceremonial spaces in the front of mansions.

Keywords: Domestic architecture, visual depth, typology, Brazil, 18th and 19th centuries.

Editores responsáveis pela submissão: Ana Paula Gurgel, Vânia Loureiro e Franciney França

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

